



GESTÃO SAÚDE CARAPICUÍBA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIO
DE
2020

ÍNDICE

Página(s)

Balanco Patrimonial	2
Demonstração do Resultado do Período	3
Demonstração da Mutaçao do Patrimoio Líquido	4
Demonstração dos Fluxos de Caixa	5
Notas Explicativas	6 à 16

**BALANÇO PATRIMONIAL
DO EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**
(em Reais)

ATIVO	Notas	2020	2019
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e Equivalente de Caixa	4	1.500.306,58	1.975.181,97
Adiantamentos a Fornecedores		-	2.952,00
Adiantamentos para Despesas		1.000,00	
Créditos com Convênios	5	1.307.027,74	
Despesas Antecipadas	6	4.100,74	4.009,73
		2.812.435,06	1.982.143,70
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	7	387.758,82	221.089,74
		387.758,82	221.089,74
TOTAL DO ATIVO		3.200.193,88	2.203.233,44

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2020	2019
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		254.607,99	177.389,32
Obrigações Trabalhistas	8	237.072,16	177.371,28
Obrigações Sociais e Fiscais	9	168.888,78	95.383,68
Provisões para Férias e Encargos	10	373.025,25	40.503,70
		1.033.594,18	490.647,98
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Recursos Governamentais a Realizar	11	128.921,03	284.085,77
Bens Públicos em nosso poder	12	387.758,82	221.089,74
		516.679,85	505.175,51
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social		1.207.409,95	-
Superávit do Exercício		442.509,90	1.207.409,95
		1.649.919,85	1.207.409,95
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.200.193,88	2.203.233,44

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DO PERÍODO FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(em Reais)

	Notas	2020	2019
RECEITAS LÍQUIDAS	13	17.726.922,94	2.525.546,63
Contrato de Gestão nº 96/19	14	18.210.925,04	2.746.636,37
Realização de Bens Públicos em nosso poder		18.412,67	1.140,96
(-) Repasse destinado à aquisição do imobilizado	3.h	(185.255,67)	(222.230,70)
(-) Glosas sobre Contratos e Convênios		(317.159,10)	-
CUSTOS		(16.766.836,62)	(1.307.853,19)
Pessoal e Reflexos	16	(5.818.750,66)	(553.028,73)
Serviços Terceirizados	17	(8.603.369,38)	(458.928,44)
Medicamentos e Materiais de Consumo	18	(2.344.716,58)	(295.896,02)
Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal)	23	1.142.070,72	(103.116,54)
(-) Isenção da CPP Usufruída	23	(1.142.070,72)	103.116,54
(=) RESULTADO BRUTO		960.086,32	1.217.693,44
DESPESAS		(526.489,94)	(18.045,51)
Impostos, Taxas e Contribuições		(5.650,32)	-
Despesas Gerais	19	(520.839,62)	(18.045,51)
OUTRAS (DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS		2.693,43	
Receitas com Doações		1.652,02	-
Outras Receitas		1.041,41	-
(=) RESULTADO ANTES DAS REC/DESP FINANCEIRAS		436.289,81	1.199.647,93
RESULTADO FINANCEIRO	15	6.220,09	7.762,02
Receitas Financeiras		13.931,87	8.432,42
Despesas Financeiras		(7.711,78)	(670,40)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		442.509,90	1.207.409,95

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Página | 3

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit	Patrimônio Líquido
Saldo em 03 de junho de 2019		-	-
Superávit do Exercício		1.207.409,95	1.207.409,95
Saldo em 31 de dezembro de 2019		1.207.409,95	1.207.409,95
Incorporação do Superávit	1.207.409,95	(1.207.409,95)	-
Superávit do Exercício	-	442.509,90	442.509,90
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.207.409,95	442.509,90	1.649.919,85

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS PERÍODOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(em Reais)

	2020	2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do Exercício	442.509,90	1.207.409,95
(Aumento) ou Redução do Ativo		
Adiantamento a Fornecedores	2.952,00	(2.952,00)
Adiantamento para Despesas	(1.000,00)	-
Créditos com Convênios	(1.307.027,74)	-
Despesas Antecipadas	(91,01)	(4.009,73)
Aumento ou (Redução) do Passivo		
Fornecedores	77.218,67	177.389,32
Obrigações Trabalhistas	59.700,88	177.371,28
Obrigações Sociais e Fiscais	73.505,10	95.383,68
Provisões para Férias e Encargos	332.521,55	40.503,70
Recursos Governamentais a Realizar	(155.164,74)	284.085,77
Caixa Líquido gerado nas Atividades Operacionais	(474.875,39)	1.975.181,97
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imobilizado pertencente à Gestão Pública	(185.255,67)	(222.230,70)
Caixa Líquido consumindo nas Atividades de Investimento	(185.255,67)	(222.230,70)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimento de numerário para aquisição de Imobilizado	185.255,67	222.230,70
Caixa Líquido consumindo nas Atividades de Financiamento	185.255,67	222.230,70
VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES	(474.875,39)	1.975.181,97
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Disponibilidade no início do Exercício	1.975.181,97	-
Disponibilidade no final do Exercício	1.500.306,58	1.975.181,97
VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES	(474.875,39)	1.975.181,97

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM** é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com os Estatutos Sociais originais devidamente registrados no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, portadora do Certificado de entidade de Fins Filantrópicos, concedido por esse mesmo órgão, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83.

O **CEJAM** qualificado como Organização Social de Saúde pelo Município de Carapicuíba, através do Contrato de Gestão nº 96/2019, firmado com a **Prefeitura do Município de Carapicuíba** em 03 de junho de 2019, visando a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde no **Pronto Socorro Vila Dirce** com a missão de acolher a população da região, prestando assistência humanizada e eficiente, em conformidade com os princípios do SUS, e contribuir para o Sistema de Saúde.

O prazo de vigência do presente Contrato de Gestão será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

Pela prestação dos serviços objeto deste Contrato de Gestão, a **Prefeitura do Município de Carapicuíba** repassará ao **CEJAM** o montante total de R\$ 15.684.332,86, sendo que desde montante, R\$ 15.184.332,84 corresponde ao custeio das atividades operacionais do Pronto Socorro Vila Dirce e R\$ 500.000,00 se refere a investimentos em reforma e adequações necessárias à referida unidade.

Para o exercício de 2019, o montante repassado foi de R\$ 3.030.722,14. Para o exercício financeiro de 2020, o montante a ser repassado será de R\$ 12.653.610,70.

Para o exercício de 2020, o montante repassado foi de R\$ 17.726.922,94. Para o exercício financeiro de 2021, o montante a ser repassado será de R\$ 9.149.194,16

2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.a) Declaração de conformidade:

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreende as disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos e às fundações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução n.º 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002 (R1), e a lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõem sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social a serem cumpridos pelas pessoas

jurídicas de direito privado sem finalidades de lucros, especialmente entidades beneficentes de assistência social.

As mudanças introduzidas pela adoção às novas normas contábeis CPC 48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros e CPC 47/IFRS 15 Receita de Contrato com Clientes não afetaram significativamente as políticas contábeis e suas aplicações não causaram efeito nos saldos contábeis apresentados.

2.b) Base de mensuração:

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros.

2.d) Uso de estimativas e julgamentos:

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente ao exercício apresentado nessas demonstrações contábeis.

3.a) Instrumentos financeiros:

- **Ativos financeiros não derivativos:** a entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

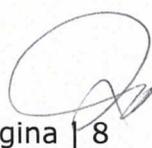
- **Caixa e equivalentes de caixa:** abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Os recursos vinculados representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às obrigações do contrato de gestão, dos seus termos aditivos e outros ajustes que lhe darão origem.
- **Instrumentos financeiros derivativos:** não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2020 e 2019.

3.b) Estoques (quando aplicável):

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos e despesas.

3.c) Imobilizado:

- **Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de reserva de capital "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.
- **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela entidade. A administração reavaliou a situação no exercício de 2020 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2019. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:
 - Benfeitorias: 25 anos;
 - Máquinas e equipamentos: 10 anos;
 - Equipamentos de uso médico: 10 anos;
 - Aparelhos e instrumentos de uso médico: 10 anos;
 - Equipamentos de informática: 5 anos;
 - Móveis e utensílios: 10 anos.



Página | 8

3.d) Intangível (quando aplicável):

- **Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a.

3.e) Redução ao valor recuperável (impairment):

- **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A administração da entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

3.f) Passivo circulante e não circulante:

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.g) Patrimônio líquido:

Representa o patrimônio inicial da entidade, acrescido ou reduzido dos superávits ou déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1.

3.h) Receitas:

As receitas da entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada “(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado”, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de “bens públicos em nosso poder” e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.

3.i) Despesas:

As despesas da entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais.

3.j) Receitas financeiras e despesas financeiras:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros.

3.k) Apuração do resultado:

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

Caixa e Fundo Fixo	2020	2019
Caixa e Fundo Fixo	-	762,69
	-	762,69

Bancos – Conta Movimento	2020	2019
Banco Santander (Brasil) S.A.	2.662,50	2.706,16
	2.662,50	2.706,16

Bancos – Aplicações Financeiras	2020	2019
Banco Santander (Brasil) S.A.	1.497.644,08	1.971.713,12
	1.497.644,08	1.971.713,12

A Entidade mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos, devido a Entidade gozar de isenção de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos estão atreladas, geralmente, ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

5. Créditos com Contrato de Gestão

	2020	2019
Carapicuíba – PS Vila Dirce - Contrato 96/2019	1.307.027,74	-
	1.307.027,74	-

6. DESPESAS ANTECIPADAS

	2020	2019
Prêmios de Seguros a Vencer	4.100,74	4.009,73
	4.100,74	4.009,73

7. IMOBILIZADO

	2020	2019
Máquinas e Equipamentos	6.270,62	-
Equipamentos de Informática	3.192,50	2.237,50
Móveis e Utensílios	27.455,92	4.078,97
Benfeitorias em Imóveis	370.390,47	215.914,23
(-) Depreciação Acumulada	(19.550,69)	(1.140,96)
	387.758,82	221.089,74

Conforme preceituado nos contratos de gestão firmados entre o CEJAM e a Prefeitura do Município de Carapicuíba, os bens patrimoniais adquiridos por conta dos referidos contratos é de uso exclusivo e de propriedade da Prefeitura Municipal.

8. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2020	2019
Salários a Pagar	237.072,16	177.155,28
Rescisões a Pagar	-	216,00
	237.072,16	177.371,28

9. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS

	2020	2019
INSS sobre Salários a Recolher	26.175,37	20.983,49
INSS sobre Autônomos a Recolher	-	1.558,92
FGTS a Recolher	34.766,08	17.507,63
IRRF sobre Pessoas Físicas a Recolher	49.442,97	13.944,07
IRRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	7.955,25	5.136,45
CSRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	26.208,43	17.097,12
INSS sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	19.349,91	14.987,50
ISS Retido na Fonte a Recolher	4.990,77	4.168,50
	168.888,78	95.383,68

10. PROVISÕES PARA FÉRIAS E ENCARGOS

	2020	2019
Provisão para Férias	345.421,00	37.507,75
Provisão para FGTS sobre Férias	27.604,25	2.995,95
	373.025,25	40.503,70

11. RECURSOS GOVERNAMENTAIS A REALIZAR

A rubrica de "Recursos Governamentais a Realizar", no montante de R\$ 128.921,03, refere-se ao saldo remanescente do repasse de R\$ 500.000,00 recebido para investimentos em reforma e adequações necessárias para o funcionamento do Pronto Socorro Vila Dirce, sendo investido até 2020 o montante de R\$ 371.078,97 a título de benfeitorias no imóvel.

12. BENS PÚBLICOS EM NOSSO PODER

A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R\$ 387.758,82 em 2020 e R\$ 221.089,74 em 2019, refere-se aos valores recebidos da Prefeitura do Município de Carapicuíba para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos ao município quando do término do contrato de gestão.

O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo.

13. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente, esta norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço.

14. RECEITA COM CONTRATO DE GESTÃO

	2020	2019
Contrato 96/2019	15.422.830,94	2.530.722,14
Contrato 28/2020	1.181.585,09	-
Contrato 58/2020	1.606.509,01	-
Repasse para investimentos	-	500.000,00
(-) Recurso para investimentos a realizar	-	(284.085,77)
	18.210.925,04	2.746.636,37

15. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2020	2019
Rendimentos de Aplicações Financeiras	13.931,43	8.432,42
Descontos Obtidos	0,44	
(-) Tarifas Bancárias	(6.760,15)	(670,40)
(-) Juros e Mora Comerciais	(936,75)	
(-) Juros e Acréscimos Fiscais	(14,88)	
	6.220,09	7.762,02



16. PESSOAL E REFLEXOS

	2020	2019
Ordenados	4.020.375,61	366.314,60
13º Salários	267.274,85	31.690,86
Férias	333.095,89	37.507,75
Indenizações e Avisos Prévios	280.958,77	5.644,17
Gratificações	63.147,32	-
Auxílio Creche	59.811,04	7.386,16
Vale Transporte	214.050,69	44.612,06
Vale Refeição	-	4.162,94
Cesta Básica	151.928,12	11.319,61
Formação Profissional e Capacitação	17.120,00	208,00
Uniformes	9.951,30	6.655,00
Seguro de Vida	766,08	-
Contribuições ao FGTS	400.270,99	37.527,58
	5.818.750,66	553.028,73

17. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS

	2020	2019
Serviços Médicos – Pessoas Jurídicas	6.181.355,42	331.213,32
Serviços Médicos – Pessoas Físicas	2.799,47	7.794,74
Serviços Diversos – Pessoas Jurídicas	2.419.214,49	119.920,38
	8.603.369,38	458.928,44

18. MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO

	2020	2019
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	1.806.087,36	265.247,14
Gêneros Alimentícios	6.647,34	-
Materiais de Escritório e Informática	21.204,62	4.124,18
Materiais de Limpeza e Descartáveis	5.653,51	101,97
Nutrição e Dietética	391.299,00	23.372,50
Materiais de Conservação e Reparos	38.485,86	1.689,18
EPI – Equipamento de Proteção Individual	66.805,24	472,50
Utensílios Diversos	2.246,79	354,00
Outros Materiais	6.286,86	534,55
	2.344.716,58	295.896,02

19. DESPESAS GERAIS

	2020	2019
Contas de Consumo (Telefone e Gás)	2.000,09	-
Aluguéis de Equipamentos Hospitalares	483.445,87	13.960,00
Administrativas	8.516,13	15,10
Publicidade	1.365,00	1.440,49
Eventos	86,70	-
Bens não Imobilizados	2.050,00	687,00
Depreciações	18.412,67	1.140,96
Seguros	4.829,89	801,96
Outras Despesas Gerais	133,27	
	520.839,62	18.045,51

20. COBERTURAS DE SEGUROS

A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

21. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS

A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela Lei 12.101/2009, chamada "Lei da Filantropia" e demais regulamentações vigentes nas áreas em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas a parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

A renovação do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes.

22. CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS)

O CEJAM, através da Portaria nº 352, de 30 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União em 09 de abril de 2021, edição 66, seção 1, página 184, em consideração ao Parecer Técnico nº 243/2021- CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.196436/2015-19/MS, possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) renovado, com validade pelo período de 30 de novembro de 2015 até 29 de novembro de 2018.

Em 30 de outubro de 2018 foi protocolado o pedido de renovação do CEBAS junto ao Ministério da Saúde através do Requerimento de Renovação do CEBAS SISPAR nº 25000.191938/2018-98, estando o mesmo em processo de análise junto ao órgão competente.

Até a data de aprovação dessas demonstrações contábeis não foi julgado o pedido de apreciação de renovação do CEBAS, que atualmente encontra-se em análise sob o Processo nº 25000.191938/2018-98.

Conforme Decreto nº 8.242/2014, que regulamenta a Lei nº 12.101/2009, fica determinado o seguinte:

"Art. 4º - Os requerimentos de concessão da certificação e de sua renovação deverão ser protocolados junto aos Ministérios da Saúde, da Educação ou do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, conforme a área de atuação preponderante da entidade, acompanhados dos documentos necessários à sua instrução, nos termos deste Decreto."

"Art. 8º - O protocolo do requerimento de renovação da certificação será considerado prova da certificação até o julgamento do seu processo pelo Ministério certificador. "

A administração do CEJAM e seus assessores jurídicos entendem que efetuaram todos os procedimentos obrigatórios, de acordo com a legislação vigente e dentro dos prazos legais, para ter deferimento do pedido de renovação do CEBAS e consideram legítimo o benefício da isenção previdenciária usufruída nos exercícios de 2020 e 2019. Adicionalmente a administração do CEJAM efetuou uma consulta formal a advogado terceiro sobre a probabilidade de obtenção da renovação do CEBAS, e foi considerada pelo advogado terceiro como "provável" a obtenção da renovação do CEBAS pelo CEJAM.

23. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (QUOTA PATRONAL)

A entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal).

A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2020 foi de R\$ 1.142.070,72 (em 2019 foi de R\$ 103.116,54) e está registrada em conta própria de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no grupo de despesas, da seguinte forma:

ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS USUFRUÍDAS	2020	2019
Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	1.141.510,82	101.557,59
Cota Patronal sobre Serviços Prestados por Pessoas Físicas	559,90	1.558,95
	1.142.070,72	103.116,54
(-) Isenção Usufruída		
(-) Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	(1.141.510,82)	(101.557,59)
(-) Cota Patronal INSS sobre a Pessoas Físicas	(559,90)	(1.558,95)
	0,00	0,00

A entidade atende todos os requisitos e exigências necessários à renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), tendo observado os procedimentos requeridos pela legislação e aguarda decisão sobre seu processo de renovação SIPAR/MS nº 25000.191938/2018-98.

24. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES (RENÚNCIA FISCAL)

Imposto de renda e contribuição social: em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal.

PIS: por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários.

COFINS: por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03.

Isenção previdenciária usufruída: para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas.

Carapicuíba (SP), 31 de dezembro de 2020.



Dr. Mário Santoro Junior
Gerente de Desenvolvimento Institucional



Alexandre Papi
Contador CRC nº 1SP130223/0-3